

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ENSINO

ICA 37-836

**NORMAS PARA A ELABORAÇÃO, ALTERAÇÃO E
ATUALIZAÇÃO DE PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO**

2020

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO



ENSINO

ICA 37-836

**NORMAS PARA A ELABORAÇÃO, ALTERAÇÃO E
ATUALIZAÇÃO DE PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO**

2020

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE ENSINO – DPE

NORMAS PARA A ELABORAÇÃO, ALTERAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO, ICA 37-836.

A ICA 37-836, aprovada pela Portaria DIRENS Nº 99/DPE, de 12 de maio de 2020, é assim modificada:

1. SUBSTITUIÇÃO DE PÁGINAS

RETIRE	ANO	COLOQUE	ANO
Pág. 18	2020	Pág. 18	2021

2. CORREÇÃO

PÁG.	ITEM
Pág. 12	2.3

3. ARQUIVO

Depois de efetuar as substituições, archive esta folha após a página de rosto da publicação original.

4. APROVAÇÃO

Portaria DIRENS Nº 85/SFA, de 17 de MAIO de 2021.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO

PORTARIA DIRENS Nº 85/SFA DE 17 DE MAIO DE 2021.

Aprova a modificação da Instrução que estabelece as “Normas para a elaboração, alteração e atualização de Projeto Pedagógico de Curso” ICA 37-836.

O **DIRETOR DE ENSINO**, considerando o disposto no Decreto nº 9.077, de 08 de junho de 2017, e no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso III, e art. 9º, inciso XII do Regulamento da Diretoria de Ensino, aprovado pela Portaria Nº 683/GC3, de 16 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a modificação da ICA 37-836 “Normas para a elaboração, alteração e atualização de Projeto Pedagógico de Curso”.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor no dia 1º de junho de 2021.

Maj Brig Ar MARCOS VINICIUS REZENDE MRAD
Diretor de Ensino da Aeronáutica

(Publicada no BCA nº 093, de 20 de maio de 2021)



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO

PORTARIA DIRENS Nº 99/DPE, DE 12 DE MAIO DE 2020.

Aprova a edição da Instrução que estabelece as “Normas para a elaboração, alteração e atualização de Projeto Pedagógico de Curso” ICA 37-836.

O **DIRETOR DE ENSINO**, considerando o disposto no Decreto nº 9.077, de 8 de junho de 2017, e no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, inciso III, e art. 9º, inciso XII, do Regulamento da Diretoria de Ensino, aprovado pela Portaria Nº 683/GC3, de 16 de Maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar edição da ICA 37-836 “Normas para a elaboração, alteração e atualização de Projeto Pedagógico de Curso”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar MARCOS VINICIUS REZENDE MRAD
Diretor de Ensino da Aeronáutica

SUMÁRIO

1.	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	9
1.1	FINALIDADE	9
1.2	CONCEITUAÇÕES	9
1.3	ÂMBITO	11
2.	CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO.....	12
3.	METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO, ALTERAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PPC.....	13
3.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	13
3.2	FASES DO PLANEJAMENTO PARA A ELABORAÇÃO DE PPC	13
3.3	FASES DO PLANEJAMENTO PARA A ALTERAÇÃO DE PPC	18
3.4	PROCEDIMENTOS PARA ATUALIZAÇÃO DE PPC.....	19
4.	ELEMENTOS E ESTRUTURA DO PPC.....	20
4.1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	20
4.2	DADOS DO CURSO/ESTÁGIO.....	20
4.3	APRESENTAÇÃO DO CURSO/ESTÁGIO	20
4.4	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	21
4.5	OBJETIVOS DO CURSO	21
4.6	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	21
4.7	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	21
4.8	METODOLOGIA DE ENSINO PARA O CURSO/ESTÁGIO	25
4.9	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	27
4.10	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	32
4.11	APOIO AO DISCENTE.....	33
4.12	INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO	33
4.13	INFRAESTRUTURA UTILIZADA PARA O CURSO.....	33
4.14	AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	34
4.15	DISPOSIÇÕES GERAIS	34
4.16	DISPOSIÇÕES FINAIS	34
4.17	REFERÊNCIAS.....	34
4.18	ANEXOS	34
5.	DISPOSIÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIAS	36
	ANEXO A – MODELO: CAPA	38

ANEXO B – MODELO: FRONTISPÍCIO.....	39
ANEXO C – MODELO: PORTARIA	40
ANEXO D – MODELO: SUMÁRIO	41
ANEXO E – MODELO: DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	43
ANEXO F – MODELO: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO/ESTÁGIO.....	44
ANEXO G – MODELO: APRESENTAÇÃO DO CURSO/ESTÁGIO.....	47
ANEXO H – MODELO: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	48
ANEXO I – MODELO: OBJETIVOS DO CURSO/ESTÁGIO	49
ANEXO J – MODELO: PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	50
ANEXO K – MODELO: ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	51
ANEXO L – MODELO: METODOLOGIA DE ENSINO PARA O CURSO/ESTÁGIO.....	57
ANEXO M – MODELO: AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	58
ANEXO N – MODELO: ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	60
ANEXO O – MODELO: APOIO AO DISCENTE	63
ANEXO P – MODELO: INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	64
ANEXO Q – MODELO: INFRAESTRUTURA	65
ANEXO R – MODELO: AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	66
ANEXO S – MODELO: DISPOSIÇÕES GERAIS	67
ANEXO T – MODELO: DISPOSIÇÕES FINAIS.....	68
ANEXO U – MODELO: REFERÊNCIAS	69
ANEXO V – MODELO: EMENTÁRIO.....	70
ANEXO X – MODELO: PARECER TÉCNICO-PEDAGÓGICO	71

PREFÁCIO

Desde os anos 80, a orientação didática dos Cursos e Estágios na Força Aérea fora conduzida por meio de Currículos Mínimos, documento fundamental que lastreou o saber-fazer de cada Curso ou Estágio nas Organizações de Ensino (OE) do Sistema de Ensino da Aeronáutica. De forma análoga, aspectos relacionados à avaliação da aprendizagem estiveram elencados conforme evolução documental apresentada nos Planos de Avaliação de cada OE.

Assim, historicamente se alicerçou o relevante trabalho que envolveu o planejamento do ensino há mais de três décadas na FAB. Nos registros dos diversos Currículos Mínimos e Planos de Avaliação é possível vislumbrar o rico legado documental que aborda o trabalho didático em cada Curso ou Estágio nas OE.

Atualmente, o ensino na Força Aérea direciona seus esforços para a modernização de seus métodos e processos, onde se reafirma os pressupostos educacionais assumidos pela instituição ao mesmo passo que se propõe a adoção de um novo instrumento para o planejamento dos Cursos e Estágios nos SISTENS: os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC).

A elaboração dos PPC, para além de uma nova forma de organização didático-pedagógica na FAB, representa estreito alinhamento ao contexto educacional contemporâneo e busca reunir coerentemente o relevante conjunto de aspectos que regulamentam as atividades de cada Curso ou Estágio. Pautado nos princípios filosóficos institucionais de pluralidade pedagógica, o PPC expressará os principais parâmetros da ação educativa e fundamentará a organização e a gestão pedagógica e administrativa de cada curso ou estágio, se constituindo como documento de referência para todas as práticas, ações e decisões afetas ao processo de formação.

Para tanto, esta Instrução visa à sistematização do processo de planejamento de ensino referente à elaboração, alteração e atualização dos PPC no âmbito do SISTENS, devendo ser constituído no âmbito de cada curso e estágio em estreito diálogo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Organização de Ensino, incorporando seus valores, características, objetivos e metas, de modo a possibilitar a concretização de sua missão.

Esta Instrução apresentará direcionamentos para que a elaboração dos PPC atenda às diversidades de cada Curso ou Estágio, especialmente, possibilitando a forma simplificada de sua elaboração para os Cursos e Estágios de curta duração.

Com esta Instrução são extintas as orientações de elaboração e atualização de Currículos Mínimos e de Planos de Avaliação, visto que os aspectos da avaliação da aprendizagem passam a ser tratados por meio da concepção dos PPC.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Esta Instrução tem por finalidade normatizar a elaboração, alteração e atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso pertencentes do Sistema de Ensino da Aeronáutica.

1.2 CONCEITUAÇÕES

1.2.1 ÁREAS DE CONHECIMENTO

1.2.1.1 As áreas de conhecimento são definidas tendo por base a “Tabela das Áreas do Conhecimento”, elaborada pelos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. A classificação das disciplinas nas diversas áreas é realizada de acordo com a afinidade de seus conteúdos programáticos com as áreas estabelecidas na referida Tabela.

1.2.1.2 As áreas de conhecimento conforme normativos vigentes na FAB são: Ciências da Administração, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Militares, Linguística, Letras e Artes, Ciências Aeronáuticas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens, Matemática.

1.2.2 CAMPO DE FORMAÇÃO

Os campos de formação correspondem à natureza similar dos estudos inerentes a um mesmo grupo de disciplinas. Sendo assim, para fins de clareza semântica, a DIRENS estabelece de forma específica, no item 4.7.10, os campos de Formação Básica, Formação Militar e Formação Profissional para a organização didática dos cursos/estágios do SISTENS.

1.2.3 COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC

A comissão de elaboração do PPC será composta por gestores, docentes, instrutores, técnicos, equipe pedagógica e outros que tenham envolvimento direto com as atividades de ensino, tais como Órgãos de Direção Setorial e demais órgãos apoiadores. A DIRENS orienta que sua construção esteja pautada na ação participativa e colaborativa de todos os atores do processo de ensino concernentes ao curso/estágio.

1.2.4 DISCIPLINAS

O conjunto de conteúdos programáticos e experiências de aprendizagem didaticamente organizadas em prol da consecução dos objetivos de ensino dos cursos/estágios.

1.2.5 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

1.2.5.1 O estágio deve ser analisado como parte integrante da formação educacional e profissional do estudante, ambas garantidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei nº 9.394, de 1996 “Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)”, contemplando, assim, a aplicação prática das teorias aprendidas em sala de aula.

1.2.5.2 O estágio não é um emprego e tem fundamentalmente o caráter pedagógico. Além da formação profissional as OM deverão propiciar aos estagiários os conhecimentos necessários ao entendimento da vida castrense, bem como os valores inerentes à vida militar, tais como: honra, dever e pátria.

1.2.6 EIXO

É um mecanismo para caracterizar a forma agrupada de disciplinas que possuem conhecimentos e aplicações científicas que se utilizam de critérios de base epistemológica única e representam uma formação específica.

1.2.7 INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

É a sequência ordenada de disciplinas, hierarquizadas por meio de pré-requisitos, cujo integral cumprimento dará direito ao correspondente diploma ou certificado. A integralização curricular apresenta a listagem dos componentes de cada etapa (módulos, semestres, anos, séries, etc) e orienta a sequência do início à conclusão das atividades do curso ou estágio.

1.2.8 NÍVEIS DE ENSINO

O ensino na Aeronáutica compreenderá os seguintes níveis:

I - Educação Básica:

- a) educação infantil;
- b) ensino fundamental; e
- c) ensino médio.

II - Educação Superior:

- a) graduação;
- b) pós-graduação; e
- c) extensão.

1.2.9 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

1.2.9.1 Núcleo Docente Estruturante (NDE) é uma instância de participação, que atuará no âmbito das OE. O NDE é composto por professores, instrutores e corpo técnico-pedagógico com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e aprimoramento das necessidades pedagógicas do curso, bem como é responsável pela construção/reformulação do PPC.

1.2.9.2 O NDE tem o caráter de promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão e de atuar na melhoria dos processos metodológicos que envolvem a relação de aplicabilidade da prática aliada à teoria, conforme preconizado nos PPC dos respectivos cursos.

1.2.10 MODALIDADES DE ENSINO

O ensino na aeronáutica compreenderá as seguintes modalidades:

Educação Profissional

- a) formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- b) educação profissional técnica de nível médio; e
- c) educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

1.2.11 PARECER TÉCNICO-PEDAGÓGICO

1.2.11.1 Documento de caráter técnico, exclusivamente pedagógico, que tem por finalidade a prestação de assessoria especializada acerca de assuntos inerentes ao contexto educacional.

1.2.11.2 Constitui instrumento consultivo nos processos de gestão do ensino, apresentando detalhadamente o relato da demanda, as referências conceituais e de base legal, a análise do exposto e os argumentos de sustentação.

1.2.12 PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

O PPC é o instrumento de concepção de ensino e aprendizagem de um curso e apresenta características de um projeto, no qual devem ser definidos os seguintes componentes: concepção do curso, estrutura do curso (currículo, corpo docente, corpo técnico-administrativo e infraestrutura), procedimentos de avaliação (dos processos de ensino e aprendizagem e do curso), instrumentos normativos de apoio (composição do colegiado, procedimentos de estágio, TCC, etc.), entre outros. O documento orienta o que se preconiza para o ensino, focando, separadamente, cada um dos cursos ministrados pela Instituição.

1.2.13 SISTEMA DE ENSINO DA AERONÁUTICA

1.2.13.1 O Sistema de Ensino da Aeronáutica (SISTENS) tem a finalidade de planejar, orientar, coordenar, controlar e executar as atividades de ensino relativas à formação e pós-formação do pessoal no Comando da Aeronáutica (COMAER), além daquelas relativas à educação básica, de caráter assistencial e supletivo.

1.2.13.2 O SISTENS é constituído pelo seu Órgão Central, Órgãos e Elementos Executivos denominados Elos do Sistema.

1.2.13.3 O Órgão Central do SISTENS é a Diretoria de Ensino (DIRENS), pertencente à estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica, e tem sua constituição e atribuições gerais definidas no Regulamento (ROCA) e no Regimento Interno da Organização (RICA).

1.3 ÂMBITO

Considerando ser a DIRENS o Órgão Central do Sistema de Ensino da Aeronáutica, o âmbito deste documento abrange as Organizações de Ensino do Comando da Aeronáutica e as Organizações Militares que ministram Cursos e Estágios.

2. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

2.1 O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é o documento de identidade do curso/estágio, onde constam os pressupostos teóricos e metodológicos que fundamentam a ação educativa. Nele, apresenta-se um conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que orientam sua oferta, explicitando elementos afetos a sua estrutura e funcionamento.

2.2 A construção do PPC deve ser pautada no trabalho participativo e colaborativo, fruto de uma ação planejada e intencional, para que as escolhas e as prioridades voltadas à formação tenham respaldo legal e sejam consistentes, expressando o atendimento aos perfis de formação almejados e aos pressupostos que norteiam a formação militar.

2.3 Neste sentido, além de proporcionar uma visão global sobre o curso, sua construção representa um importante momento de reflexão sobre os processos de formação e modos de organização curricular, servindo como um dos instrumentos de referência para a Avaliação Institucional do Ensino. Esta construção deve, ainda, constituir-se em consonância com o Plano de Desenvolvimento Estratégico do Ensino (PDEE), com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Organização de Ensino (OE) e com as Diretrizes Curriculares específicas a cada curso. (NR) – Portaria DIRENS Nº 85/SFA, DE 17 DE MAIO DE 2021.

2.4 Ao se constituir como um todo articulado, deverá deixar claro a organização do trabalho pedagógico o qual permeia objetivos, disciplinas, metodologias e formas de avaliação, possibilitando uma formação coerente e estruturada.

2.5 Desta forma, o PPC tem a função de orientar a trajetória formativa, estabelecendo estratégias didático-pedagógicas coerentes com as áreas de conhecimento contempladas, níveis e modalidades de ensino.

2.5.1 OBJETIVOS

O PPC tem como objetivos:

- a)** apresentar os elementos que lastreiam a concepção do curso, o seu currículo e a forma de operacionalizá-lo (princípios filosóficos, pedagógicos, técnicos e administrativos);
- b)** estabelecer a trajetória da formação acadêmica / profissional / militar do aluno, considerando o perfil de egresso desejado; e
- c)** apresentar a organização curricular do curso/estágio, os procedimentos metodológicos e avaliativos do processo de ensino e aprendizagem.

3. METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO, ALTERAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PPC

3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

3.1.1 Tanto a elaboração como a alteração de um PPC têm como início uma ação de planejamento.

3.1.2 Este planejamento é entendido como um processo de decisão que se preocupa com o “para onde ir” e “quais as maneiras adequadas para chegar lá” (Sant’ Anna *et al*, 1995). Desta forma, possibilita maior clareza para a tomada de decisão, tornando as chances de alcance dos objetivos mais efetivas.

3.1.3 Na Aeronáutica, planejar a elaboração de um PPC ou sua alteração demanda a observância de fases cíclicas, que visam assegurar que o curso/estágio traduza de forma coerente as demandas acadêmicas e profissionais do COMAER, vinculando-os com o movimento dinâmico e contínuo de mudanças.

3.1.4 A atualização de PPC possuirá procedimentos simplificados em razão de sua natureza, os quais serão abordados em item posterior.

3.1.5 Trataremos neste normativo de forma separada os processos que permeiam a Elaboração de um PPC, a Alteração de um PPC e os procedimentos para a Atualização dos PPC.

3.2 FASES DO PLANEJAMENTO PARA A ELABORAÇÃO DE PPC

O planejamento da elaboração de PPC compreende as seguintes fases: Análise do Contexto, Definição de Diretrizes Curriculares, Elaboração do PPC, Avaliação e Validação Curricular.

Figura 1: Fases do planejamento para a elaboração de PPC



3.2.1 ANÁLISE DO CONTEXTO

3.2.1.1 A fase “**Análise do Contexto**” é de responsabilidade do Comando-Geral do Pessoal (COMGEP), quando os cursos/estágios estiverem vinculados ao ingresso ou à progressão na carreira.

3.2.1.2 Para os cursos/estágios que visam atender às necessidades específicas de especialização/capacitação das diversas organizações do COMAER, esta fase será de responsabilidade dos Comandos-Gerais/Departamentos e respectivas OM subordinadas, diretamente envolvidos com o curso/estágio.

3.2.1.3 Quando se tratar de curso/estágio vinculado ao ingresso ou à progressão na carreira, a fase de Análise de Contexto compreenderá as seguintes etapas:

Figura 2: Etapas da fase de Análise de Contexto para os Cursos de vinculados ao ingresso ou à progressão na carreira.



- a) **Levantamento das necessidades de formação e pós-formação do Comando da Aeronáutica**, voltadas à carreira, expressas em termos de qualificação a serem adquiridas pelo aluno ao final do curso/estágio;
- b) **Requisitos de ingresso** – definição das características do aluno quanto ao nível de escolaridade, sexo, faixa etária, experiências adquiridas, formação profissional e outras julgadas importantes; e
- c) Definição dos **Padrões de Desempenho de Especialidade (PDE) ou Perfil Profissional de Oficiais da Aeronáutica (PPOA)**, caracterizada pela identificação de um conjunto de atribuições e conhecimentos, bem como pelo delineamento das competências essenciais para o exercício da profissão militar, respectivamente, que nortearão e elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso.

3.2.1.4 Para os cursos que visam atender às necessidades específicas de especialização/capacitação das diversas organizações do COMAER, as etapas acima apresentam as seguintes variações:



Figura 3: Etapas da fase de Análise de Contexto para os Cursos e Estágios que visam atender às necessidades específicas de especialização/capacitação.

- a) Necessidades do Comando-Geral ou Departamento – expressas em termos de qualificação a ser adquirida ao final do curso/estágio;
- b) Requisitos de acesso – descrição das características do aluno quanto ao nível de escolaridade, sexo, faixa etária, experiências adquiridas, formação profissional e outras julgadas importantes; e
- c) Padrões de Desempenho Específicos (PDEsp) – conjunto de conhecimentos específicos das diversas áreas e atribuições a serem exercidas pelo egresso no desempenho de suas funções, após a conclusão de cursos de especialização/capacitação.

3.2.2 DIRETRIZES CURRICULARES

3.2.2.1 A fase “**Diretrizes Curriculares**” compete à Diretoria de Ensino da Aeronáutica (DIRENS), quando os cursos/estágios estiverem vinculados ao ingresso ou à progressão na carreira.

3.2.2.2 Para os cursos/estágios que **visam atender às necessidades específicas de especialização/capacitação das diversas organizações do COMAER**, esta fase deverá ser elaborada pela OM interessada.

3.2.2.3 Decorrente da fase “Análise do Contexto”, a fase “Diretrizes Curriculares” irá estabelecer normas obrigatórias para orientar o planejamento curricular. Esta fase compreende as seguintes etapas:

- a) definição da estrutura curricular do curso (níveis/modalidades e categorias);
- b) estabelecimento da finalidade do curso/estágio;
- c) proposição de carga horária mínima em horas e tempo de duração do curso;
- d) orientação sobre a existência ou não de estágios supervisionados e atividades que integrem o saber acadêmico à prática profissional;
- e) orientação afeta à elaboração dos PPC para a obtenção do PDE ou PPOA; e
- f) definição de normas reguladoras gerais para o curso/estágio, orientando os processos e procedimentos que antecedem sua execução.

3.2.3 ELABORAÇÃO DO PPC

3.2.3.1 A fase de **Elaboração do PPC** será de responsabilidade da Organização de Ensino executora do curso/estágio, com base nos direcionamentos resultantes das fases anteriores.

3.2.3.2 Os PPC serão organizados conforme estrutura prevista no Capítulo 4 deste documento. Sua elaboração ocorrerá a partir de metodologia específica, apresentada a seguir:

3.2.3.3 Metodologia para a elaboração dos PPC:

3.2.3.3.1 Para a elaboração dos PPC, será constituída uma comissão, por ato do Comandante/Diretor da OE responsável pela oferta do Curso, publicado em Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

3.2.3.3.2 A Comissão de elaboração do PPC deverá ser composta, **no mínimo**, pelos seguintes membros:

Qtd.	MEMBROS DA COMISSÃO
01	Chefe da Divisão/Subdivisão de Ensino da OE executora do Curso/estágio
01	Representante do ODGSA vinculado ao curso, com perfil deliberativo (quando for o caso)
01	Representante do ODGSA vinculado ao curso com perfil técnico (desejável)
01	Coordenador do curso ou responsável pela especialidade
01	Pedagogo
02	Docentes/Instrutores com formação na área específica do curso/estágio
02	Docentes/Instrutores que serão posteriormente vinculados ao Núcleo Docente Estruturante do curso.

3.2.3.3.3 A elaboração do PPC tem como premissa o trabalho participativo e colaborativo, fundamentado a partir dos seguintes princípios:

- a) indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão; (no que couber)
- b) interdisciplinaridade e articulação entre as diversas atividades desenvolvidas;
- c) contextualização e criticidade dos conhecimentos;
- d) ética e valores militares como orientação das ações educativas;
- e) emprego de metodologias ativas de aprendizagem;
- f) prática de avaliação coerente com os objetivos e metodologias propostas para o curso/estágio; e
- g) observância das legislações que embasam a formação pretendida, nos âmbitos acadêmico, profissional e militar.

3.2.3.4 Compete à Comissão de Elaboração do PPC:

- a) tomar conhecimento e analisar as informações provenientes da fase de Análise de Contexto;
- b) apropriar-se das Diretrizes Curriculares estabelecidas para o curso/estágio;
- c) promover reuniões para análise e discussão sobre temáticas afetas à elaboração do PPC;
- d) redigir atas das reuniões evidenciando as deliberações ocorridas durante a elaboração do PPC;
- e) construir o PPC a partir da estrutura concebida nesse documento, no capítulo 4, de forma a sistematizar a organização curricular, procedimentos para a avaliação da aprendizagem, identificação das reais condições técnicas, tecnológicas, físicas e de pessoal necessárias para que o curso/estágio seja implementado;
- f) consolidar o documento conferindo o alinhamento ao perfil profissional de egresso proposto, considerando as orientações formais advindas da fase de Análise de Contexto;

- g) avaliar os demais aspectos que compõem o PPC, buscando a coerência entre eles e atendimento das orientações advindas da fase "Diretrizes Curriculares";
- h) providenciar formatação do documento conforme padrões estabelecidos pela NSCA 5-1; e
- i) encaminhar para revisão pedagógica e parecer técnico.

3.2.3.4.1 Terminado o trabalho da Comissão de Elaboração do PPC, o documento em formato de minuta seguirá tramitação interna na OE para que seja encaminhado pelo Comandante/Diretor, via SIGADAER, à DIRENS, quando tratar-se de curso/estágio vinculado a ingresso e progressão na carreira ou executados pelas OE subordinadas à DIRENS.

3.2.3.4.2 Para o caso de cursos/estágios novos é importante destacar que, seguirá para a DIRENS, além da proposta de minuta do PPC, o processo relativo à atuação da Comissão de Elaboração do PPC, composto pelas atas de reunião, expondo todo o percurso de planejamento e demais informações julgadas necessárias, além do parecer técnico-pedagógico do profissional pedagogo responsável pela revisão do documento, conforme Anexo X.

3.2.3.4.3 O parecer técnico-pedagógico deverá apresentar informações que ratifiquem a concepção do documento proposto e os aspectos relevantes conforme as especialidades do curso/estágio, expondo ainda como a OE realizará o acompanhamento e o monitoramento dos resultados, evidenciando a revisão pedagógica.

3.2.3.5 Processo de aprovação e publicação dos PPC:

O processo de aprovação e publicação do PPC ocorrerá a partir das seguintes etapas:

- a) Análise do PPC proposto:** a DIRENS procederá a análise do PPC proposto devidamente formatado, acompanhado da documentação encaminhada pela OE e emitirá parecer conclusivo;
- b) *Feedback*:** sendo o parecer conclusivo favorável para a aprovação do PPC, será emitido via *e-mail* o *feedback* para a OE expressando conformidade e o processo será direcionado para aprovação do Diretor de Ensino; caso haja a necessidade de maiores esclarecimentos, será feito *feedback* para OE por e-mail, solicitando as informações adicionais e/ou emitindo orientações para as correções necessárias; e
- c) Aprovação:** a DIRENS providenciará a tramitação para a aprovação do documento pelo Diretor de Ensino, encaminhando o arquivo aprovado para a publicação em Boletim do Comando da Aeronáutica.

3.2.4 AVALIAÇÃO DO CURSO/ESTÁGIO

3.2.4.1 Esta fase do Planejamento do PPC assume especial importância, não somente por subsidiar a validação curricular, como também por fornecer informações que permitam atualizar e aperfeiçoar todo o processo educacional.

3.2.4.2 Deve ser executada por todas as organizações que ministram cursos/estágios e caracteriza-se como um processo de revisão e auto-análise, evidenciando as realizações, lacunas, necessidades e possibilidades, caracterizando-se como diagnóstica.

(NR) – Portaria DIRENS Nº 85/SFA DE 17 DE MAIO DE 2021.

3.2.4.3 Os procedimentos e processos específicos referentes à Avaliação Institucional do Ensino constarão em Manual da Avaliação Institucional.

3.2.5 VALIDAÇÃO DO CURSO/ESTÁGIO

3.2.5.1 Esta fase final do Planejamento será processada a fim de constatar se os resultados obtidos são realmente os esperados, propiciando a retroalimentação do ciclo de planejamento, visando ao aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem.

3.2.5.2 A validação do curso/estágio compete ao Órgão Central do Sistema de Ensino, a metodologia utilizada e os procedimentos a serem aplicados encontram-se descritos em instrução específica.

3.3 FASES DO PLANEJAMENTO PARA A ALTERAÇÃO DE PPC

3.3.1 Por se tratar de um documento balizador para a formação do aluno, a alteração de um PPC requer estudo e reflexão colaborativa quanto ao que se pretende aperfeiçoar no currículo. Para os cursos e estágios das OE subordinadas à DIRENS a proposição de alteração do PPC deverá tomar como base os resultados provenientes da Avaliação Institucional do Ensino. Para os cursos e estágios ministrados pelas OM não subordinadas à DIRENS a proposição de alteração do PPC deverá tomar como base os resultados da sistemática de avaliação global adotada para sua oferta.

3.3.2 Os estudos para a alteração dos PPC devem considerar, ainda, a adequação ao perfil profissional de egresso, às legislações pertinentes, à adoção de metodologias mais eficazes e os possíveis impactos causados por tais alterações.

3.3.3 O processo de alteração de um PPC deve considerar necessariamente a experimentação do curso/estágio pelos alunos. Sendo assim, as alterações propostas deverão ser consequência de um processo de reflexão sobre a ação, movimento este que exige tempo para ser observado e avaliado.

3.3.4 As alterações curriculares nos PPC poderão ser solicitadas pelo EMAER, pelo COMGEP, DIRENS, OE executora do curso/estágio e ODS diretamente envolvido com o curso/estágio, quando vinculados ao ingresso e progressão na carreira.

3.3.5 Para os cursos vinculados ao ingresso e progressão na carreira, os seguintes documentos deverão ser encaminhados à DIRENS somados à proposta de Alteração do PPC: as Atas das reuniões do Núcleo Docente Estruturante e demais responsáveis pela proposição, o parecer técnico-pedagógico, o quadro de justificativas de alteração, o plano de transição de matriz curricular (quando couber) e o arquivo eletrônico editável do PPC devidamente formatado e contendo as alterações.

3.3.6 No caso de cursos e estágios voltados à especialização e capacitações específicas, as alterações poderão ser provocadas pelos Comandos-Gerais e Departamentos proponentes do curso ou OM executora.

3.3.7 As alterações propostas no PPC devem ser coordenadas pelo Núcleo Docente Estruturante do curso/estágio o qual poderá convocar a participação de outros membros externos à OE com expertise técnica/acadêmica específica na área do curso. A equipe deve contar ainda com a participação obrigatória de, no mínimo, um pedagogo.

3.3.8 Caberá ao Núcleo Docente Estruturante e demais membros convocados para o planejamento das alterações no PPC:

- a) tomar conhecimento e analisar a pertinência das demandas de alteração dos PPC quando emanadas por Organização do COMAER externa a OE executora;
- b) tomar conhecimento sobre os resultados das avaliações do curso/estágio;
- c) apropriar-se das Diretrizes Curriculares estabelecidas para o curso/estágio;
- d) promover reuniões para análise e discussão sobre temáticas afetas às alterações propostas no PPC, avaliando ganhos e perdas causadas pelas alterações;
- e) redigir atas das reuniões evidenciando as deliberações ocorridas;
- f) realizar as alterações no PPC, preservando a estrutura concebida nesse documento, no item 4;
- g) elaborar o quadro de justificativa de alterações (conforme preconizado na NSCA 5-1) sendo as justificativas consubstanciadas em argumentos técnicos, teórico-científicos, normativos ou legislativos, de acordo com a natureza da alteração proposta;
- h) elaborar plano de transição de matriz curricular quando for o caso;
- i) providenciar formatação do documento conforme padrões estabelecidos pela NSCA 5-1; e
- j) encaminhar para revisão pedagógica e parecer técnico-pedagógico da OE.

3.3.9 A aprovação do PPC alterado seguirá o mesmo trâmite previsto no item 3.2.3.5 – Processo de aprovação e publicação dos PPC, desta Instrução.

3.4 PROCEDIMENTOS PARA ATUALIZAÇÃO DE PPC

3.4.1 Entende-se como atualização de um PPC o processo de mudança relativo à atualização de bibliografia básica e complementar, quadro docente e administrativo, inclusão de laboratórios e outros demais ambientes de aprendizagem, inserção de conteúdos obrigatórios, ou exclusão definidos por legislação ou norma específica, bem como atualizações tecnológicas que proporcionarão impactos significativos a formação.

3.4.2 As atualizações deverão ser validadas pelo Núcleo Docente Estruturante, em reuniões específicas com as respectivas atas, sendo os itens atualizados incorporados ao PPC em forma de anexos.

3.4.3 Tais atualizações devem ser encaminhadas juntamente com as atas de reuniões do NDE à DIRENS, para aprovação e publicação de modificações.

4. ELEMENTOS E ESTRUTURA DO PPC

O PPC será elaborado no âmbito das OE e OM executoras de Cursos ou Estágios do COMAER como uma Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA), devendo sua formalística estar em conformidade com o preconizado na Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica (NSCA) 5-1.

Após os elementos pré-textuais (capa, frontispício, ato de aprovação, sumário e prefácio), a estrutura do PPC deverá ser organizada em capítulos e respectivas seções secundárias, terciárias, quaternárias, quínarias, etc., conforme detalhado a seguir:

4.1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

É o primeiro capítulo do PPC, onde serão apresentadas as seguintes seções secundárias, conforme Anexo E: Finalidade; Âmbito; e Conceituações.

4.2 DADOS DO CURSO/ESTÁGIO

Compõe o segundo capítulo do PPC e refere-se à apresentação das principais informações referentes ao curso/estágio em formato de tabela, possibilitando uma visão geral sobre a formação, conforme Anexo F. As seções secundárias que compõem o segundo capítulo são: Identificação da Organização de Ensino; Informações Gerais do Curso/Estágio; Base Legal do Curso/Estágio; e Comissão de Elaboração e Revisão do PPC.

4.3 APRESENTAÇÃO DO CURSO/ESTÁGIO

O terceiro capítulo “Apresentação do Curso” será composto por uma breve síntese a respeito do PPC em questão, fornecendo uma visão abrangente sobre o curso/estágio, de forma a reafirmar as finalidades, explicitar a estrutura e a organização do projeto, conforme Anexo G. O tópico abrangerá ainda os seguintes itens: Contextualização; Princípios Norteadores do Curso/Estágio; Justificativa do Curso/Estágio; e Formas de Ingresso/Acesso.

4.3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O item contextualização deve apresentar:

- a) o histórico do curso/estágio desde sua criação, evidenciando as modificações que foram realizadas do ponto de vista do ensino, da pesquisa, da relevância para a carreira militar, para o avanço técnico-profissional, científico e tecnológico. No caso de curso/estágio novo, descrever o contexto que levou a criação do curso;
- b) explicitar o alinhamento do curso com a razão de existir da Organização de Ensino ou Organização Militar. Como sugestão textual: A fim de atender à visão da (nome da OE), que é “...”, bem como sua missão de “...” (citar a fonte conforme normas da ABNT), o curso/estágio de (Nome do Curso/Estágio) busca... (colocar nesta parte do texto, a necessária articulação entre o que se anuncia nos documentos institucionais, configurado na visão e missão institucional, com os propósitos do curso/estágio); e
- c) nos casos de alteração do PPC, apresentar a motivação para tal (justificativas, avanços, limites, alterações nas legislações pertinentes, dificuldades na implementação da proposta inicial, dentre outros aspectos).

4.3.2 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO/ESTÁGIO:

4.3.2.1 Neste item serão abordados as concepções educacionais e os princípios que irão nortear a formação do aluno, em consonância com as diretrizes contidas no PDEE, bem como diretrizes específicas da formação técnico-especializada e militar.

4.3.2.2 Tais concepções e princípios darão sustentação ao projeto de formação, orientando as tomadas de decisões pedagógicas no que se refere à organização do currículo e contribuindo para atingir os objetivos e o perfil profissional de conclusão do curso.

4.3.3 JUSTIFICATIVA DO CURSO/ESTÁGIO

Neste item deverá ser apresentada a argumentação que justifique a oferta do curso/estágio, enfatizando sua importância a partir da realidade da FAB, bem como as circunstâncias de sua proposição. Apresentar as diretrizes constantes no PDI da Organização de Ensino afetas ao curso/estágio em questão (no que couber).

4.3.4 FORMAS DE INGRESSO/ACESSO

Descrever as formas de acesso (se por edital, indicação, aviso de convocação ou seleção) e em qual meio encontrar tais informações.

4.4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Este é o quarto capítulo e apresentará um conjunto de definições que fundamentam a realização das atividades afetas ao curso/estágio para garantir a efetividade do projeto pedagógico. A OE deverá observar o que está preconizado no item 4.1.4 do PDEE para descrever neste item, de forma sucinta, o contexto didático pedagógico que envolve o curso, (ensino, iniciação científica, extensão, inovação, educação à distância) e outros que atendem o curso/estágio e a concepção pedagógica institucional, conforme Anexo H.

4.5 OBJETIVOS DO CURSO

4.5.1 Os objetivos são de grande importância para o PPC, pois irão determinar a intencionalidade e os propósitos do curso. Destaca-se que os objetivos deverão manter coerência com o perfil profissional de conclusão pretendido, com a organização curricular e com a justificativa.

4.5.2 Desta forma, os objetivos devem expressar aquilo que a OE ou a OM executora propõe alcançar por meio da oferta do curso/estágio no formato planejado, evidenciando a formação básica, profissional e militar (no que couber). O modelo de organização deste capítulo encontra-se no Anexo I. Os objetivos de um curso/estágio dividem-se em dois tipos: Objetivos Gerais; e Objetivos Específicos.

4.6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Descrever neste capítulo as qualificações do profissional a ser formado pelo curso/estágio, conforme modelo constante do Anexo J.

4.7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

4.7.1 Este item apresentará o arranjo curricular proposto considerando a finalidade do curso/estágio e o perfil profissional de conclusão pretendido. Sobremaneira, deverá explicitar estreito alinhamento ao PDEE, evidenciando seus princípios como: busca por uma educação

integral, articulação entre teoria e prática, interdisciplinaridade, simulação da realidade profissional e compatibilidade de carga-horária, conforme peculiaridades e finalidades do curso/estágio.

4.7.2 A organização curricular deverá observar o cumprimento de legislações específicas relacionadas ao nível e à modalidade de ensino referente ao curso/estágio, evidenciando a adequação com tais direcionamentos legais, sejam eles afetos à educação nacional ou ao âmbito militar.

4.7.3 Neste ponto do PPC, deverá ser esclarecida a forma como o currículo será desenvolvido (anualmente, em semestres ou trimestres), como serão denominadas as etapas (séries ou anos), como será a distribuição da carga horária (de forma a possibilitar a compreensão sobre seu dimensionamento ao longo dos anos/semestres/trimestres), também, apontar-se-á quantos dias letivos se pretende executá-lo.

4.7.4 Ainda, o item em comento deverá mencionar sobre o regime de internato, de educação em tempo integral (quando couber) e como esse regime está organizado.

4.7.5 Caso o curso contemple disciplinas executadas por meio da modalidade de ensino à distância, seja integralmente ou parcialmente, deverá ser mantida a observância aos parâmetros estabelecidos para a educação à distância na educação nacional, bem como, deverá ser esclarecido como ocorrem, quais as formas de acompanhamento e os ganhos para o processo de aprendizagem dos alunos.

4.7.6 A flexibilidade do currículo também deve ser abordada neste capítulo do PPC, não enquanto tempos de aula para situações emergenciais, mas como forma de garantir aos alunos percursos diferenciados de aprendizagem, a exemplo da utilização de disciplinas optativas e da oferta diversificada de atividades complementares.

4.7.7 Este capítulo do PPC deverá conter, ainda, de forma descritiva, como a organização curricular foi estruturada. Diante disso, para fins de direcionamento das OE, a DIRENS estabelece as seguintes formas de estruturação de ordem curricular aos cursos/estágios do SISTENS.

4.7.8 ÁREA DO CONHECIMENTO

4.7.8.1 As áreas do conhecimento representam a identificação das áreas básicas que integram o curso/estágio, estão classificadas como 2º nível na tabela de classificação da CAPES e representam um conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas.

4.7.8.2 Na Educação Básica, as áreas de conhecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) referente ao Ensino Fundamental, são: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e Sociais aplicadas.

4.7.8.3 No ensino médio as áreas de conhecimento da (BNCC) são: Linguagens e Suas Tecnologias; Matemática e Suas Tecnologias; Ciências da Natureza e Suas Tecnologias; e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Neste nível de ensino, a organização curricular conta, ainda, com os itinerários formativos, que possuem foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional.

4.7.8.4 Tais itinerários formativos poderão ser organizados por um conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que os alunos poderão escolher no ensino médio, podendo se aprofundar nos conhecimentos de uma área do conhecimento ou na formação técnica profissional.

4.7.9 EIXOS:

4.7.9.1 Os eixos são caracterizados por agrupamentos de disciplinas que possuem conhecimentos e aplicações científicas que se utilizam de critérios de base epistemológica e representam uma formação específica. Dentre suas possibilidades, os eixos permitem que a organização didático-pegadógica seja estruturada de forma interdisciplinar. Visam garantir

4.7.9.2 Como exemplos: Administração Pública; Ciências Militares; Ciências Aeronáuticas; e Ciências da Logística.

4.7.9.3 Para a Educação Profissional Técnica de nível médio e na de Educação Profissional Tecnológica de graduação, serão utilizados os eixos tecnológicos preestabelecidos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, respectivamente.

4.7.10 CAMPOS DE FORMAÇÃO:

4.7.10.1 Os campos de formação correspondem à natureza similar dos estudos inerentes a um mesmo grupo de disciplinas. Sendo assim, para fins de direcionamento das OE, a DIRENS estabelece os seguintes campos de formação aos cursos/estágios do SISTENS:

a) Campo de Formação Básica: relacionado com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação, da informação e jurídicas, que envolvem as atividades da formação.

b) Campo de Formação Militar: relacionado com a singularidade da profissão militar, representa a doutrina e a instrução militar, dedica-se ao conjunto de valores, conceitos, princípios, processos, normas de comportamento e procedimentos que regem as Organizações Militares, em concordância com as diretrizes políticas e orientações de nível estratégico e operacional decorrentes dos normativos (política e estratégia) de segurança e defesa nacional e os normativos de segurança e defesa da Aeronáutica.

c) Campo de Formação Profissional: relacionado com a natureza laborativa e suas aplicações no desempenho de uma profissão, aborda os estudos vinculados à profissionalização específica.

4.7.10.2 Sobre o campo de Formação Profissional, especificamente em relação à natureza da Instrução Aérea, a organização didática do curso deverá explicitar por meio do PPC o Programa de Instrução Aérea para os Cadetes, devendo este seguir em anexo. Desta forma, o Campo de Formação Profissional deverá indicar as fases e o fluxograma de integralização da Instrução Aérea.

4.7.10.3 Adicionalmente, para a elaboração deste capítulo no PPC, a DIRENS tece as seguintes orientações quanto aos conceitos abaixo relacionados:

a) **Hora-aula (ou tempos de aula)**: duração do módulo-aula, da atividade acadêmica, de trabalho discente efetivo. Ou seja, tempo atribuído a cada período de duração de uma aula que pode variar entre 45 a 60 minutos, de

acordo com as conveniências de ordem metodológica ou pedagógica consideradas pela OE ou OM executora do curso/estágio;

b) Carga Horária: mensurada em horas (de 60 minutos). Representa a soma das horas-aula de atividade acadêmica ou trabalho discente efetivo. Assim, independentemente do número de aulas e do tempo de duração das mesmas, a carga horária mínima e a carga horária total dos cursos/estágios serão mensuradas em horas (60 minutos).

4.7.10.4 Desta forma, se a hora-aula ou tempo de aula for organizado de forma diferente da duração de uma hora-relógio, ou seja, 60 minutos, será necessário o cálculo abaixo para o cumprimento da carga horária prevista para o curso/estágio:

$$CH = \frac{\text{nº de tempos de aula} \times (\text{duração da aula, podendo variar entre 45 a 60 min})}{60}$$

Exemplo: 8 tempos de 45 min/dia = 6 horas/relógio por dia

c) Ano Letivo: o ano letivo regular da educação superior e na educação básica, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

d) Disciplina: forma de organização curricular caracterizada por um maior grau de sistematização de conhecimentos científicos e tecnológicos afetos a determinada área do conhecimento. Reúne de forma coerente e significativa, um conjunto de saberes, conceitos, teorias, procedimentos, princípios e uma série de conteúdos relacionados entre si, organizados de forma dialógica, permitindo o aprofundamento gradativo do conhecimento. Neste sentido, a DIRENS orienta que ao organizar uma disciplina, alguns aspectos sejam considerados como:

- carga horária suficiente para que haja a apreensão necessária dos conceitos, enfoque multidimensional do objeto do conhecimento e aprendizagem significativa dos alunos, evitando a fragmentação do conteúdo;
- denominação de disciplina que deixe claro seu enfoque, que não seja extenso e que traduza a reunião coerente de fundamentos científicos e técnicos; e
- em caso de uma mesma disciplina ser ofertada em fases diferentes do currículo, que esta organização paute-se numa sequência lógica e gradual de conteúdos e temáticas, respeitando-se conhecimentos prévios.

4.7.11 CONTEÚDOS CURRICULARES

Neste item, deverá ser evidenciado o alinhamento dos conteúdos curriculares ao desenvolvimento do perfil profissional do egresso, bem como com a matriz curricular, sendo observados os aspectos inerentes à atualização constante, adequabilidade da carga horária, bibliografias e materiais impressos atualizados.

4.7.12 MATRIZ CURRICULAR

4.7.12.1 A matriz curricular irá compor o capítulo do PPC que indicará por meio de quadro explicativo a forma de oferta, sequência, periodização das disciplinas curriculares. Esse quadro seguirá modelo estabelecido pela DIRENS, conforme observado no Anexo K.

4.7.12.2 Na matriz curricular constarão o eixo, as disciplinas distribuídas nos Campos de Formação e respectivas cargas horárias por ano/série/semestre (conforme especificidade de cada curso/estágio).

4.7.12.3 A matriz curricular também será composta pelos Estágios Supervisionados e as Atividades complementares (quando couber). Sobre estes últimos, cabe observar as considerações constantes nos itens 4.8.1 e 4.8.2 respectivamente, nesta Instrução.

4.7.13 FLUXOGRAMA CURRICULAR

O fluxograma deverá apresentar por meio de disposição gráfica, a estrutura curricular contendo as disciplinas separadas por períodos/séries/anos, a carga horária das disciplinas e o fluxo de pré-requisitos, representando a integralização do currículo. O modelo a ser utilizado para o fluxograma curricular encontra-se no Anexo K.

4.7.14 EMENTÁRIO

Deverá apresentar as ementas das disciplinas que compõem a estrutura curricular e irá compor o PPC como anexo, deverá ser elaborado conforme modelo constante do Anexo V.

4.7.15 ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (EDUCAÇÃO SUPERIOR)

4.7.15.1 A Constituição Federal de 1988 define as atividades fins das Universidades como de ensino, pesquisa e extensão.

4.7.15.2 Outros dispositivos tais como o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Política Nacional de Extensão, tratam sobre a responsabilidade de incentivo à pesquisa e extensão e sua articulação com o ensino. Desta forma, neste item deverão ser descritas as ações propostas para esta articulação no âmbito do Curso.

4.7.16 INTERNACIONALIZAÇÃO (QUANDO COUBER)

Descrever se o curso é atingido por alguma ação de internacionalização, discorrendo sobre sua organização, fins e objetivos.

4.7.17 DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS (QUANDO COUBER)

Descrever quais projetos serão realizados no âmbito do curso/estágio, suas características, fins, objetivos e principais etapas.

4.8 METODOLOGIA DE ENSINO PARA O CURSO/ESTÁGIO

Este capítulo deverá explicitar a metodologia utilizada no processo de ensino e aprendizagem e como as atividades didáticas serão desenvolvidas no curso/estágio. Para tanto, orienta-se que as escolhas metodológicas estejam pautadas na valorização de metodologias ativas e inovadoras que não se restrinjam às aulas expositivas e que, efetivamente, permitam o desenvolvimento do perfil profissional de conclusão de curso almejado.

Neste capítulo também devem ser mencionados:

- a) a forma de utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino e aprendizagem;

- b) os procedimentos estratégicos a serem adotados para garantir uma relação de coerência entre o que se propõe fazer e o que será executado nas disciplinas, no tocante à carga horária que será destinada aos cursos/estágios;
- c) o papel do professor como facilitador e mediador da aprendizagem;
- d) descrição das práticas como estudos de casos, simulações, aulas expositivas e os momentos em que cada uma é privilegiada, demonstrando adequação e coerência com os objetivos propostos para a formação;
- e) utilização diversificada de estratégias educacionais, valorizando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem; e
- f) formas de interdisciplinaridade.

4.8.1 ESTÁGIO SUPERVISIONADO (QUANDO COUBER)

4.8.1.1 Explicitar como o estágio está implantado no curso em termos de objetivos, carga horária, local de realização, OM apoiadora, formas de apresentação, acompanhamento, orientação, supervisão e coordenação.

4.8.1.2 A carga horária destinada ao estágio supervisionado deverá ser adicionada à carga horária total do curso e constar como componente obrigatório na matriz curricular. No caso de cursos técnicos e tecnólogos, observar o preconizado no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), respectivamente.

4.8.2 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

4.8.2.1 Para a descrição deste item é importante que sejam observadas as considerações sobre o assunto contidas no PDEE (vide PCA 37-17, p.48) as quais visam explicitar e padronizar a concepção a ser adotada para as atividades complementares nos cursos/estágios no âmbito do COMAER.

4.8.2.2 As atividades complementares terão por objetivo o enriquecimento e/ou a contextualização dos conteúdos ministrados. Deverão possibilitar o reconhecimento de habilidades e conhecimentos do aluno, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

4.8.2.3 Desta forma, as atividades complementares serão integralizadas ao longo dos cursos/estágios sendo de caráter obrigatório para aqueles cursos/estágios que as incluam em seu currículo.

4.8.2.4 A carga horária planejada para as atividades complementares, somadas à carga horária do Estágio Supervisionado (quando couber) não poderá exceder 20% da carga horária total do curso. Na ocasião da elaboração do PPC deverão ser definidas quais as atividades complementares irão compor o curso, descrevendo seu objetivo e explicitando a carga horária exigida.

4.8.2.5 As atividades complementares deverão ser constituídas como componentes da matriz curricular e sua carga horária deverá ser computada na carga horária total do curso, devendo, também, constar no histórico escolar dos alunos.

4.8.2.6 Destaque-se que as atividades complementares deverão guardar estreita relação com os objetivos do curso/estágio.

4.8.2.7 São exemplos de atividades complementares: participação em eventos internos e externos à instituição, tais como semanas acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências, atividades culturais; integralização de cursos de extensão e/ou atualização acadêmica e profissional; atividades de iniciação científica, assim como de monitoria; e visitas de estudos.

4.8.2.8 Além da parte discursiva tratando sobre a importância e a organização das atividades complementares para a integralização do currículo, estas atividades deverão ser descritas em uma tabela (vide Anexo L desta Instrução) que deverá ser anexada ao PPC do curso/estágio.

4.9 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

4.9.1 Este capítulo deverá explicitar como a avaliação da aprendizagem no curso/estágio é concebida, apontando quais modalidades são empreendidas e elencando as normas que materializam essa concepção. Para tanto, cabe aqui enunciar sobre a importância de que a avaliação da aprendizagem seja concebida e praticada de forma processual, contínua e flexível.

4.9.2 Neste ponto deverão ser relatados os procedimentos adotados para a avaliação da aprendizagem dos discentes, em cada domínio (cognitivo, psicomotor e afetivo), como será calculada a média final, conceito e menção final, apresentando o Quadro Global de Avaliações (QGA). Cada um dos itens supracitados irá compor o capítulo em comento como seções específicas, conforme detalhado no Anexo M, considerando os esclarecimentos a seguir.

4.9.3 Avaliações dos Domínios Cognitivo e Psicomotor

Esta seção apresentará o detalhamento referente à Avaliação do Domínio Cognitivo (ADC) e Avaliação do Domínio Psicomotor (ADP), devendo constar os seguintes itens:

4.9.3.1 Sistemática de Avaliação

4.9.3.1.1 Neste tópico devem ser listadas as modalidades de avaliação que serão realizadas, de acordo com a finalidade empreendida, os instrumentos de medida aplicados para cada modalidade e quais tipos de itens de prova poderão ser empregados nos casos de avaliação escrita. Ademais, o tópico poderá esclarecer sobre a sistemática de elaboração, aplicação e correção de provas, bem como, sobre a anulação de itens de prova.

- a)** sobre as modalidades de avaliação, a avaliação da aprendizagem do discente nos domínios cognitivo e/ou psicomotor pode ser realizada com finalidade diagnóstica, formativa ou somativa.
- b)** a avaliação com finalidade diagnóstica visa a averiguar, nos alunos, a presença ou ausência de conhecimentos prévios, conhecimentos estes que funcionem como pré-requisitos ou comportamentos de entrada. Ocorre antes de uma nova aprendizagem.
- c)** a avaliação com finalidade formativa visa a fornecer informações, durante o desenrolar do processo ensino-aprendizagem, sobre o grau de domínio, pelos alunos, dos conteúdos ministrados, tendo em vista efetuar modificações na aprendizagem e, se necessário, sanar as deficiências existentes.
- d)** a avaliação formativa constitui-se, por si só, numa fixação da aprendizagem. As avaliações diagnóstica e formativa não devem ser utilizadas para atribuição de graus, certificados ou seleção de alunos. A avaliação com finalidade

somativa é adotada para classificar os alunos segundo níveis de aproveitamento expressos em graus, concluindo-se sobre sua aprovação ou não. Os resultados obtidos pelos alunos nas avaliações somativas devem ser computados na obtenção de sua média final.

e) sobre os instrumentos de medida a serem utilizados para a avaliação do domínio cognitivo, poderão ser usados:

- testes de sondagem: englobam os testes iniciais, aplicados com finalidade diagnóstica. Cabe ressaltar que o pré e o pós-teste não se enquadram nesta categoria, pois têm como objetivo avaliar a instrução, e não o discente;
- verificações imediatas: englobam os testes e os trabalhos escolares, aplicados com finalidade formativa; e
- verificações de aprendizagem: englobam as provas (escritas, orais e/ou práticas) e os trabalhos avaliados, aplicados com finalidade somativa. Encontram-se nesta categoria as provas parciais, finais, de 2ª chamada, de recuperação e de 2ª época.

4.9.3.1.2 Em relação aos tipos de itens, sugere-se que sejam utilizadas questões objetivas, de resposta livre, de situação problema ou mistas. Para tanto, cabe os seguintes esclarecimentos sobre as provas escritas:

a) Objetiva: é aquela composta de questões para as quais só existe uma resposta correta, previamente estabelecida. Com isso, elimina-se a subjetividade na correção. Classificam-se como objetivas as provas compostas de questões de múltipla escolha, associação, falso/verdadeiro, completamento e ordenação;

b) De resposta livre: é aquela composta de questões as quais o avaliado elabora a resposta, dando-lhe uma organização pessoal. As provas de resposta livre podem ser compostas de questões de dois tipos: - discursiva: caracteriza-se por ter o conteúdo como exigência principal, não solicitando a opinião do avaliado sobre o assunto; e - dissertativa: é aquela em que se solicita ao avaliado que demonstre o conhecimento de um determinado assunto, bem como o seu posicionamento pessoal em relação ao mesmo;

c) Situação-problema: é aquela composta de questões que apresentam a simulação de um problema, cabendo ao avaliado apresentar uma solução para o mesmo. As questões desse tipo podem ser apresentadas sob a forma de prova de resposta livre ou prova objetiva; e

d) Mista: é aquela que possui questões de mais de um tipo em sua composição. Deve ser utilizada, no entanto, quando a natureza do assunto avaliado assim o exigir.

4.9.3.1.3 Os instrumentos de medida utilizados para avaliação da aprendizagem deverão constar em anexo ao PPC, exceto aqueles referentes à ADC e ADP que requeiram sigilo.

4.9.3.2 Levantamento de Resultados

4.9.3.2.1 Este tópico deve conter o ponto de corte exigido nas verificações de aprendizagem, ou seja, o grau mínimo em cada disciplina e/ou em cada prova/trabalho avaliado. Deve referir-se, também, ao número de casas decimais a compor os resultados das ADC e ADP e ao procedimento para arredondamento dos graus.

4.9.3.2.2 Em relação ao ponto de corte, sinaliza-se que os resultados das verificações de aprendizagem (avaliações somativas) devem ser expressos de modo a ser possível comparar o rendimento do discente com um ponto de corte ou padrão de rendimento previamente estabelecido.

4.9.3.2.3 O grau absoluto, adotado para fins de comparação com o ponto de corte, é o total de pontos obtido pelo instruendo numa verificação de aprendizagem, cuja escala varia de zero a dez.

4.9.3.3 Interpretação dos Resultados

4.9.3.3.1 Este tópico inclui informações sobre a atribuição de pesos diferenciados para diferentes verificações de aprendizagem em um mesmo curso/estágio. Ademais, deverá descrever qual o procedimento adotado para efetuar o cômputo dos graus nas ADC e ADP, cálculo da Média Final de Disciplina/Curso ou Estágio.

4.9.3.3.2 Por fim, os critérios para aprovação devem ser descritos com a especificação do grau final mínimo e da frequência mínima necessária às atividades escolares.

4.9.3.4 Registro e Comunicação de Resultados

4.9.3.4.1 Neste tópico será informado como será feito o registro dos graus e como será feita a comunicação dos resultados aos discentes.

4.9.3.4.2 A OE deverá comunicar aos discentes os graus por eles obtidos nas verificações de aprendizagem, utilizando ou não um sistema de código. Caso a OE opte por comunicar, exclusiva ou concomitantemente, os resultados dos discentes em conceitos, devem ser adotadas as faixas conceituais estabelecidas para a Menção Final.

4.9.3.4.3 A OE deverá comunicar aos discentes os graus por eles obtidos nas verificações de aprendizagem, utilizando ou não um sistema de código. Caso a OE opte por comunicar, exclusiva ou concomitantemente, os resultados dos discentes em conceitos, devem ser adotadas as faixas conceituais estabelecidas para a Menção Final.

4.9.3.5 Procedimentos Complementares

4.9.3.5.1 Neste ponto será informado se está previsto crítica, revisão de prova e para quais as verificações de aprendizagem. Apresentará, também, procedimentos relativos a segunda-chamada, recuperação, segunda-época, prova final/exame final, se houver.

4.9.3.5.2 A OE deverá enviar reforços no sentido de estabelecer que todas as verificações de aprendizagem sejam passíveis de revisão, quando solicitada pelo discente. Para isso, recomenda-se a realização da crítica de verificação de aprendizagem, que também proporciona reforço da aprendizagem.

4.9.3.5.3 O PPC deverá esclarecer sobre a possibilidade de aplicação de prova de 2ª chamada ao discente que faltar por motivo justificado a uma verificação de aprendizagem, observando-se que tal avaliação deve ser formulada utilizando-se os mesmos critérios adotados em relação à primeira verificação.

4.9.3.5.4 Este tópico incluirá, ainda, os procedimentos de avaliação referentes aos alunos estrangeiros, fazendo referência à legislação específica para tal, bem como, os critérios para indicação ou seleção de instrutores e docentes, quando for o caso.

4.9.4 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO AFETIVO

Esta seção apresentará o detalhamento referente à Avaliação do Domínio Afetivo (ADA), devendo informar quais os procedimentos, instrumentos e avaliadores que efetuarão a ADA, bem como, o processamento adotado para este tipo de avaliação.

Ademais, deverá incluir, ainda, o processamento das decisões tomadas em função dos dados da ADA, bem como será feito o registro das informações e a comunicação dessas aos discentes. Neste ponto, cabe esclarecer como é efetuado o cômputo dos graus/conceitos na ADA.

4.9.4.1 Procedimentos

4.9.4.1.1 Recomenda-se que, sempre que possível, a avaliação seja horizontal e vertical, ou seja, que cada discente seja avaliado por seus pares e superiores hierárquicos. Sugere-se que o OE envide esforços no sentido de introduzir, também, a auto-avaliação do discente.

4.9.4.1.2 Uma avaliação contínua, desenvolvida no transcorrer do curso/estágio, provê informações mais detalhadas a respeito das mudanças ocorridas a nível afetivo. As ADA devem ter seus resultados expressos sob a forma de graus absolutos ou conceitos, desta forma, o PPC deverá informar como será processado o cômputo de tais resultados.

4.9.4.1.3 No caso de a ADA ser realizada também com finalidade somativa, devem ser estabelecidas as exigências mínimas para aprovação do discente neste domínio. Ressalta-se que para as OE que ministrem cursos/estágios com duração inferior a seis meses, recomenda-se evitar a realização da avaliação do domínio afetivo com finalidade somativa, tendo em vista o curto período para observar as mudanças comportamentais em cada discente.

4.9.4.2 Instrumentos

4.9.4.2.1 Para se proceder à ADA, torna-se necessária a construção de instrumentos de medida adequados à sua natureza. Na elaboração de tais instrumentos deve-se:

- a) delimitar os atributos a serem considerados;
- b) definir os atributos;
- c) listar pautas de comportamentos representativos de cada atributo;
- d) elaborar um instrumento experimental e aplicá-lo a uma amostra representativa;
- e) analisar os itens que compõe o instrumento;
- f) elaborar o instrumento definitivo;
- g) desenvolver estudos de validade e fidedignidade; e
- h) elaborar o manual de aplicação do instrumento.

4.9.4.2.2 Os instrumentos de medida utilizados para a ADA deverão constar em anexo ao PPC.

4.9.4.3 Avaliadores

4.9.4.3.1 O preenchimento dos instrumentos de avaliação deve ser feito por avaliadores previamente orientados visando à padronização, especialmente quando tratar de avaliação horizontal.

4.9.4.3.2 Para controlar a subjetividade dos avaliadores, sugere-se obter um número significativo de informações sobre os discentes em circunstâncias, condições e situações variadas e usar instrumentos específicos na obtenção dos indicadores.

4.9.4.4 Processamento

Cabe à OE elaborar, ao final do curso/estágio, uma ficha contendo a síntese das ADA de cada discente, com a finalidade de apresentar, sinteticamente, a performance do aluno nos atributos avaliados. Os discentes devem ser informados dos resultados das fichas e o Setor de Avaliação deve manter tais informações em arquivo.

4.9.5 MÉDIA FINAL

4.9.5.1 Esta seção deverá apresentar a fórmula (expressão matemática) a ser considerada para o cálculo da média final.

4.9.5.2 A média final, expressa numericamente, retrata o aproveitamento global do instruendo. Portanto, deverá ser estabelecida através do cálculo da média aritmética, ponderada ou não, dos resultados obtidos pelo discente nas ADC, ADP e ADA.

4.9.5.3 Nos casos dos cursos/estágios que não efetuem avaliações nos três domínios, a média final do discente será igual a média aritmética dos graus obtidos nas avaliações realizadas.

4.9.5.4 O PPC deverá elencar os pesos estabelecidos para as ADC, ADP e ADA no cômputo da Média Final do curso/estágio.

4.9.5.5 A média final deve ser adotada com a finalidade de classificação dos discentes, ao término de um curso/estágio, e para tal devem ser consideradas apenas as avaliações comuns a todos os discentes.

4.9.6 QUADRO GLOBAL DE AVALIAÇÕES (QGA)

4.9.6.1 O Quadro Global das ADC e ADP condensa as informações básicas relativas às avaliações a serem realizadas, nos Domínios Cognitivo e Psicomotor, durante o período letivo, devendo incluir: código e título da avaliação, unidades/disciplinas a avaliar, níveis de aprendizagem, instrumento de avaliação (incluindo o tipo de item), modalidade da avaliação e peso da avaliação.

4.9.6.2 O Quadro Global da ADA condensa as informações básicas relativas às medições no Domínio Afetivo, durante o período letivo, devendo incluir: título, instrumento de avaliação, peso da avaliação e avaliador.

4.9.7 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (QUANDO COUBER)

4.9.7.1 Esta seção deverá apontar o gênero acadêmico adotado para a produção do TCC que, por sua vez, tem a finalidade de demonstrar de forma sistematizada conhecimentos relacionados à formação ou pós-formação ofertada no curso.

4.9.7.2 Para tanto, deverão ser apresentadas as normas para a construção do TCC (carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação, bem como os procedimentos, critérios e instrumentos de avaliação).

4.9.7.3 Ademais, este ponto deverá informar a existência (quando houver) de manual (por exemplo, o manual da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou de orientações específicas para a elaboração do TCC, destinadas ao discente.

4.10 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Neste capítulo, será detalhada a composição do corpo técnico-administrativo diretamente relacionado ao curso. Nas seções abaixo, o PPC apresentará como a estrutura de apoio ao curso/estágio está organizada, bem como, sua função e principais atividades desenvolvidas (verificar Anexo N).

As seções 4.10.1 e 4.10.6 do Anexo N serão complementadas com suas respectivas tabelas (conforme modelo desta Instrução), onde estarão especificados dados relevantes sobre os membros que as compõem e deverão ser anexadas ao PPC.

4.10.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Esta seção esclarecerá sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE), suas competências e atribuições com relação ao curso/estágio em questão, mencionado a Norma Padrão de Ação (NPA) da OE que regula a constituição deste núcleo. Sobre o assunto, deverão ser observadas as diretrizes expostas no item 4.2.1.4 do PDEE (PCA 37-17, p.84).

4.10.2 ORGÃOS COLEGIADOS

Esta seção irá explicitar sobre a existência, a estrutura e a organização de órgãos colegiados na OE, bem como deverá apontar a composição do órgão colegiado e as atividades pertinentes observando o preceituado sobre este assunto no PDEE (PCA 37-17, p.83-84).

4.10.3 COORDENAÇÕES

Neste ponto serão elucidados no PPC como é o processo de escolha das coordenações, qual a carga horária desse(s) profissional(is) dedicada às atividades de coordenação e quais as atividades pertinentes.

4.10.4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO

Esta seção deverá explicitar os cargos e funções previstos para atuação junto ao curso/estágio. Recomenda-se que, além do texto discursivo sobre o item, seja apresentado um organograma, facilitando o entendimento sobre a estrutura organizacional afeta ao curso/estágio.

4.10.5 PARCERIAS ESPECÍFICAS AO CURSO

Nos casos em que houver, parcerias específicas relacionadas ao curso/estágio deverão ser mencionadas no PPC.

4.10.6 CORPO DOCENTE

4.10.6.1 Nesta seção será apresentada a composição do corpo docente que atuará no curso/estágio (ilustrado por meio de um quadro síntese, conforme modelo do Anexo N desta Instrução), esclarecendo se pertencem ao efetivo da OE ou se externos.

4.10.6.2 Para os casos cabíveis, este item poderá elucidar os critérios relevantes para a escolha de instrutores ou de monitores que atuarão no decorrer do processo educativo.

4.11 APOIO AO DISCENTE

4.11.1 Nesta seção deverão ser apontadas as ações da OE de apoio ao discente, como exemplos, os programas de apoio extraclasse, a oferta de apoio psicopedagógico, atividades de nivelamento e atividades extracurriculares (não computadas como atividades complementares), bem como a participação dos discentes em centros acadêmicos e em intercâmbios.

4.11.2 Mencionar neste item as atividades formativas e de integração, indicando sobre a existência de clubes, associações, sociedade acadêmica, centro de tradições e centro de convivência, suas configurações e objetivos.

4.12 INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O PPC deverá informar sobre os canais de comunicação entre OE e discentes, bem como, sobre a existência de ações ou projetos de interação explicitando os objetivos e os resultados esperados ou alcançados (Anexo P).

4.13 INFRAESTRUTURA UTILIZADA PARA O CURSO

Este capítulo deverá conter informações sobre a infraestrutura necessária para a operacionalização do curso/estágio, devendo apontar os aspectos de área física, tecnologias de informação e comunicação e equipamentos e ferramentas.

4.13.1 ASPECTOS DE ÁREA FÍSICA

Esta seção irá disponibilizar em forma de tabela (conforme Anexo Q) as informações da área física utilizada para o curso/estágio, tais como:

- a)** espaço físico disponível, auditórios, salas de reuniões, espaço de trabalho para coordenação do curso;
- b)** salas de aula, quantidade de salas, capacidade de discentes por sala, softwares e equipamentos existentes nas mesmas;
- c)** laboratórios, descrição dos laboratórios e equipamentos disponíveis, observando-se a finalidade a que se destinam, horário de funcionamento e atividades realizadas;
- d)** galpões, descrição, maquinário e equipamentos, capacidade física; e
- e)** biblioteca (descrever a infraestrutura da biblioteca disponibilizada aos discentes, explicitar os serviços oferecidos e as atividades realizadas, apresentação do horário de funcionamento a existência de normas e/ou regulamentos).

4.13.2 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TICS - NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Nesta seção o PPC irá abordar sobre o incentivo ao uso das TCIs no processo de ensino e na aprendizagem dos alunos. Deverá apontar quais TICs são empregadas na mediação pedagógica dos docentes, se há disponibilidade de recursos tecnológicos, bem como, os benefícios e ganhos do uso das TICs para a aprendizagem dos alunos.

4.13.3 EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

Nesta seção o PPC irá mencionar sobre a utilização de equipamentos e ferramentas (quando couber), bem como os ganhos dessa utilização para a aprendizagem, esclarecendo sobre sua importância. Esses materiais deverão compor uma tabela, conforme Anexo Q.

4.14 AValiação E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Este capítulo do PPC deverá discorrer sobre as ações de auto-avaliação existentes no curso (instrumentos próprios de avaliação e encontros técnicos e pedagógicos), sobretudo, esclarecendo como são processados e utilizados os resultados das avaliações internas (realizadas pela Comissão Própria de Avaliação) e das avaliações externas, bem como, como as formas de divulgação dos resultados.

4.15 DISPOSIÇÕES GERAIS

Este capítulo do PPC poderá expor informações complementares ou de ordem administrativa sobre a execução do curso/estágio.

4.16 DISPOSIÇÕES FINAIS

4.16.1 O PPC será concluído com o capítulo onde serão expostas as disposições finais do documento. Para tanto, deverá ser mencionada a informação da data em que passará a vigorar o PPC, considerando-o válido a partir da publicação em Boletim do Comando da Aeronáutica.

4.16.2 Ademais, as disposições finais deverão apontar sobre a competência de apreciação de casos não previstos no PPC, considerando-a como atribuição exclusiva do Diretor de Ensino da Aeronáutica.

4.17 REFERÊNCIAS

Os conteúdos utilizados para a elaboração do PPC (leis, regulamentos, livros, periódicos, publicações científicas, *sites*, etc) deverão ser referenciados nesta seção observando a formalística padrão prevista pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

4.18 ANEXOS

Anexos são acessórios para elucidar aspectos da redação do texto e para apresentar modelos, fichas, entre outros. O PPC deverá receber anexos conforme as orientações desta Instrução e a necessidade de organização formalística e ordenação metodológica que se fizerem necessárias.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 Estas instruções entrarão em vigor a partir da data de publicação em Boletim do Comando da Aeronáutica.

5.2 Os casos não previstos no presente documento serão submetidos à apreciação do Diretor de Ensino da Aeronáutica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DEPENS nº 43/DE-1, de 06 de abril de 2001. Aprova a Instrução referente à Elaboração de Planos de Trabalho Escolar (ICA 37-91). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Brasília, DF, 12 abr. 2001.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DEPENS nº 69/DE-1, de 18 de março de 2010. Aprova a reedição da Instrução referente à “Elaboração e Revisão de Currículos Mínimos” (ICA 37-4). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Brasília, DF, 23 mar. 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DEPENS nº 281/DE-1, de 30 de agosto de 2011. Aprova a Instrução referente à Avaliação do Ensino (ICA 37-11). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Brasília, DF, 01 set. 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DEPENS nº 457/DE-1, de 17 de novembro de 2010. Aprova a reedição da Instrução referente à “Elaboração de Plano de Unidades Didáticas” (ICA 37-457). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Brasília, DF, 30 nov. 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DEPENS nº 194/DE-1, de 20 de junho de 2012. Aprova a edição da Instrução referente à Elaboração do Plano de Avaliação (ICA 37-520). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Brasília, DF, 26 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DEPENS nº 266/DE-1, de 30 de agosto de 2012. Aprova a edição da Instrução referente aos “Objetivos de Ensino e Níveis a Atingir na Aprendizagem” (ICA 37-521). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Brasília, DF, 04 set. 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DEPENS nº 257/DE-1, de 25 de agosto de 2014. Aprova a Instrução referente à “Avaliação de Desempenho Pós-Curso Ensino de Formação” (ICA 37-622). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Brasília, DF, 27 ago. 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DEPENS nº 143/SDTP, de 16 de março de 2017. Aprova a reedição do Plano de Modernização do Ensino da Aeronáutica (PCA 37-11). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Brasília, DF, 05 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DEPENS nº 430/DNT, de 12 de dezembro de 2017. Aprova a edição da Instrução de Avaliação Institucional do Sistema de Ensino da Aeronáutica (ICA 37-752). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Brasília, DF, 18 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DIRENS nº 3/DAV, de 26 de agosto de 2019. Aprova a edição do Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Ensino (PCA 37-17). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Brasília, DF, 06 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Parecer nº 04, de 17 de junho de 2010. Sobre O Núcleo Docente Estruturante - NDE.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6884-parecer-conae-nde4-2010&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 31 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>>. Acesso em: 18 de junho de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 277/2006. Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 01 jun. 2007. Republicado em 11 jun. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces277_06.pdf>. Acesso em: 24 de junho de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf>. Acesso em: 28 de junho de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 239/2008. Carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia. **Aguardando Homologação.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pces239_08.pdf>. Acesso em: 03 de julho de 2019.

ANEXO A – MODELO: CAPA
(formatação conforme NSCA 5-1)

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ENSINO

ICA 37-XXX

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO PARA
O CURSO / ESTÁGIO XXXXXXXXXXXXX**

20XX

ANEXO B – MODELO: FRONTISPÍCIO
(formatação conforme NSCA 5-1)

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO



ENSINO

ICA 37-XXX

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO PARA
O CURSO / ESTÁGIO XXXXXXXXXXXXX

20XX

ANEXO C – MODELO: PORTARIA



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO

PORTARIA DIRENS Nº / , DE XX DE XXXXXXXX DE 20XX.

Aprova a (re)edição da Instrução que estabelece o “Projeto Pedagógico de Curso para o Curso / Estágio XXXXXXXX” - ICA 37-XXX.

O DIRETOR DE ENSINO, considerando o disposto no Decreto nº XXXX, de X de XXXXX de 20XX, e no uso das atribuições que lhe conferem o art. Xº, inciso XXX, e art. Xº, inciso XXX, do Regulamento da Diretoria de Ensino, aprovado pela Portaria Nº XX/XXX, de XX de XXXX de 20XX, resolve:

Art. 1º Aprovar a (re)edição da ICA 37-XXX “Projeto Pedagógico de Curso para o Curso/Estágio XXXXXXXX”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria DIRENS nº XXX/XXX, de XX de XXXXXX de 20XX.

Maj Brig Ar XXXXXXXX XX XXXXXXXX
Diretor de Ensino da Aeronáutica

ANEXO D – MODELO: SUMÁRIO

SUMÁRIO

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1 FINALIDADE.....	9
1.2 CONCEITUAÇÕES	9
1.3 ÂMBITO	11
2. DADOS DO CURSO/ESTÁGIO.....	12
2.1 IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE ENSINO	12
2.2 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO/ESTÁGIO.....	12
2.3 BASE LEGAL DO CURSO/ESTÁGIO.....	12
2.4 COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E REVISÃO DO PPC	12
3. APRESENTAÇÃO DO CURSO/ESTÁGIO.....	13
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	13
3.2 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO/ESTÁGIO	13
3.3 JUSTIFICATIVA DO CURSO/ESTÁGIO.....	13
3.4 FORMAS DE ACESSO/INGRESSO.....	13
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	20
4.1 DIRETRIZ DE ENSINO	20
4.2 DIRETRIZ DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	20
4.3 DIRETRIZ DE EXTENSÃO.....	33
4.3 DIRETRIZ DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA.....	33
4.3 DIRETRIZ DE ENSINO À DISTÂNCIA	33
5. OBJETIVOS DO CURSO	20
5.1 OBJETIVOS GERAIS	20
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	20
6. PERFIL DO EGRESSO	34
7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	36
7.1 CONTEÚDOS CURRICULARES	20
7.2 MATRIZ CURRICULAR	20
7.3 FLUXOGRAMA CURRICULAR	20
7.4 EMENTÁRIO.....	20
7.5 ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (EDUCAÇÃO SUPERIOR) ...	20
7.6 INTERNACIONALIZAÇÃO (QUANDO COUBER)	20
7.7 DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS (QUANDO COUBER)	20

8. METODOLOGIA DE ENSINO PARA O CURSO/ESTÁGIO	34
9. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	36
<u>9.1 AVALIAÇÕES DO DOMÍNIO COGNITIVO E PSICOMOTOR</u>	<u>20</u>
<u>9.2 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO AFETIVO</u>	<u>20</u>
<u>9.3 MÉDIA FINAL</u>	<u>20</u>
<u>9.4 QUADRO GLOBAL DE AVALIAÇÕES (QGA)</u>	<u>20</u>
<u>9.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</u>	<u>20</u>
10. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	36
<u>10.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE</u>	<u>20</u>
<u>10.3 COORDENAÇÕES</u>	<u>20</u>
<u>10.4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO</u>	<u>20</u>
<u>10.5 PARCERIAS ESPECÍFICAS DO CURSO</u>	<u>20</u>
<u>10.6 CORPO DOCENTE.....</u>	<u>20</u>
11. APOIO DO DISCENTE	34
12. INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO	34
13. INFRAESTRUTURA UTILIZADA PARA O CURSO	36
<u>13.1 ASPECTOS DE ÁREA FÍSICA</u>	<u>20</u>
<u>13.2 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....</u>	<u>20</u>
<u>13.3 EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS</u>	<u>20</u>
14. AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	34
15. DISPOSIÇÕES GERAIS	34
16. DISPOSIÇÕES FINAIS	34
17. REFERÊNCIAS	34
18. ANEXOS	34

ANEXO E – MODELO: DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE:

Explicitar a que se propõe a ICA referente ao Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

1.2 ÂMBITO:

Identificar a OE/OM onde o PPC será desenvolvido.

1.3 CONCEITUAÇÕES:

Conceituar a semântica dos termos técnicos utilizados ao longo do documento.

ANEXO F – MODELO: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO/ESTÁGIO

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO/ESTÁGIO

2.1 IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE ENSINO

Nome da Organização de Ensino ou OM executora:
Página Institucional na internet/intranet:
Cidade:

2.2 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO/ESTÁGIO

Nome do Curso/Estágio:			
Níveis (conforme Art. 7º da Lei nº 12.464/ 2014)	Educação Básica <input type="checkbox"/> ensino fundamental <input type="checkbox"/> ensino médio		
	Educação Superior <input type="checkbox"/> graduação <input type="checkbox"/> pós-graduação <input type="checkbox"/> extensão		
	Educação profissional <input type="checkbox"/> formação inicial e continuada ou qualificação profissional <input type="checkbox"/> educação profissional técnica de nível médio <input type="checkbox"/> educação profissional tecnológica de graduação <input type="checkbox"/> educação profissional tecnológica de pós graduação		
Fases	<input type="checkbox"/> Preparação	<input type="checkbox"/> Formação	<input type="checkbox"/> Pós-formação
Classificação	(aperfeiçoamento, especialização, altos estudos)		
Modalidade de ensino	<input type="checkbox"/> Presencial	<input type="checkbox"/> EAD	<input type="checkbox"/> Semi-presencial

Duração do tempo de aula	Podendo variar entre 45 e 60 min.
Duração do curso (prazo para integralização)	Fixados com base na carga horária total.
Carga horária total do curso/estágio	Estabelecida por carga horária total curricular contabilizada em horas.
Titulação/Certificação conferida	
Instruções do processo	Principais processos relativos ao Curso: PPC nº XX, de XX de XXXX, BCA nº XX, de XX de XXX); Portaria de Criação do Curso; Última reformulação curricular, Portaria de apoio dos ODS (qdo. couber); Diretrizes Curriculares Nacionais (qdo. Couber).

Continuação do ANEXO F – MODELO: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO/ESTÁGIO

2.3 BASE LEGAL DO CURSO/ESTÁGIO

Listar as leis e as normas que orientam o curso, desde os normativos que regem o Sistema de Ensino da Aeronáutica, até as leis nacionais e diretrizes específicas à formação/pós-formação.

2.4 COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E REVISÃO DO PPC

Descrever o nome posto/graduação dos integrantes da comissão de elaboração de PPC ou de alteração e atualização de PPC, conforme itens 3.2.3.3.1, 3.3 e 3.4 desta Instrução. Identificar ainda, o nome, posto do orientador e revisor responsável pelos aspectos pedagógicos do PPC.

ANEXO G – MODELO: APRESENTAÇÃO DO CURSO/ESTÁGIO**3. APRESENTAÇÃO DO CURSO/ESTÁGIO****3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO**

Texto dissertativo conforme orientações do item 4.3.1 desta Instrução.

3.2 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO/ESTÁGIO

Texto dissertativo conforme orientações do item 4.3.2 desta Instrução.

3.3 JUSTIFICATIVA DO CURSO/ ESTÁGIO

Texto dissertativo conforme orientações do item 4.3.3 desta Instrução.

3.4 FORMAS DE INGRESSO/ACESSO

Texto dissertativo conforme orientações do item 4.3.4 desta Instrução. Sugere-se o seguinte texto base, podendo ser complementado caso necessário: “O candidato ao processo de seleção do Curso XX para ser selecionado deverá atender aos critérios estabelecidos (mencionar o normativo), publicados (local da publicação) e disponível na (mencionar página eletrônica da OE, link etc)”.

ANEXO H – MODELO: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

As diretrizes da "Organização Didático-Pedagógica" deverão ser redigidas em formato dissertativo, quando forem aplicáveis ao Curso/Estágio. O conteúdo deverá apresentar correlação com as Diretrizes expostas no item 4.1.4 e 4.1.5 do PDEE (PCA 37-17).

4.1 DIRETRIZ DE ENSINO

Neste subitem deverá conter texto dissertativo sobre as diretrizes de ensino aplicáveis ao curso/estágio em comento.

4.2 DIRETRIZ DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Neste subitem deverá conter texto dissertativo sobre as diretrizes de iniciação científica, quando aplicáveis, ao curso/estágio em comento.

4.3 DIRETRIZ DE EXTENSÃO

Neste subitem deverá conter texto dissertativo sobre as diretrizes de extensão, quando aplicáveis, ao curso/estágio em comento.

4.4 DIRETRIZ DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Neste subitem deverá conter texto dissertativo sobre as diretrizes de inovação e tecnologia, quando aplicáveis, ao curso/estágio em comento.

4.5 DIRETRIZ DE ENSINO A DISTÂNCIA

Neste subitem deverá conter texto dissertativo sobre as diretrizes de ensino a distância, quando aplicáveis, ao curso/estágio em comento.

ANEXO I – MODELO: OBJETIVOS DO CURSO/ESTÁGIO**5. OBJETIVOS DO CURSO/ESTÁGIO****5.1 OBJETIVOS GERAIS**

São de maior abrangência, indicando as principais contribuições do curso/estágio para a formação do aluno como um todo.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Delimitam aspectos mais detalhados da formação necessários ao cumprimento do Objetivo Geral.

ANEXO J – MODELO: PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO**6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO**

Para os cursos/estágios referentes ao ingresso e progressão na carreira, o perfil profissional do egresso deve corresponder aos Padrões de Desempenho de Especialidades (PDE) e Perfis Profissionais dos Oficiais da Aeronáutica (PPOA), tornando o egresso capaz de exercer as competências básicas, profissionais e militares esperadas.

Portanto, deverá, também, elencar as competências criadas para atender às novas demandas dos ODSA devido às modernizações tecnológicas ou necessidades específicas.

Para os cursos/estágios voltados ao atendimento das necessidades específicas de especialização/capacitação das diversas organizações do COMAER, as capacidades descritas devem alinhar-se os Padrões de Desempenho Específicos definidos pelo OM proponente do curso.

Os perfis devem estar alicerçados em uma concepção pedagógica pautada nos preceitos estabelecidos no PDEE.

ANEXO K – MODELO: ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR****7.1 CONTEÚDOS CURRICULARES**

O Texto deverá descrever sobre a coerente relação entre os conteúdos curriculares e o perfil profissional do egresso, abordando, entretanto, como será a sistemática de atualização de conteúdos, de adequação de carga horária, bibliografias e materiais didáticos.

7.2 MATRIZ CURRICULAR

a) Modelo de Matriz Curricular para todos os cursos/estágios de formação (exceto educação básica):

Sugere-se como texto preliminar:

"A integralização do Curso/Estágio XXX prevê ao aluno/cadete a formação para o período de XX anos em cumprimento da matriz curricular ofertada na modalidade XXX, organizada em XX disciplinas. Para a integralização dos componentes da matriz curricular o curso foi aprovado com um total de XX horas, já computadas as horas referentes às Atividades Complementares e ao Estágio Supervisionado".

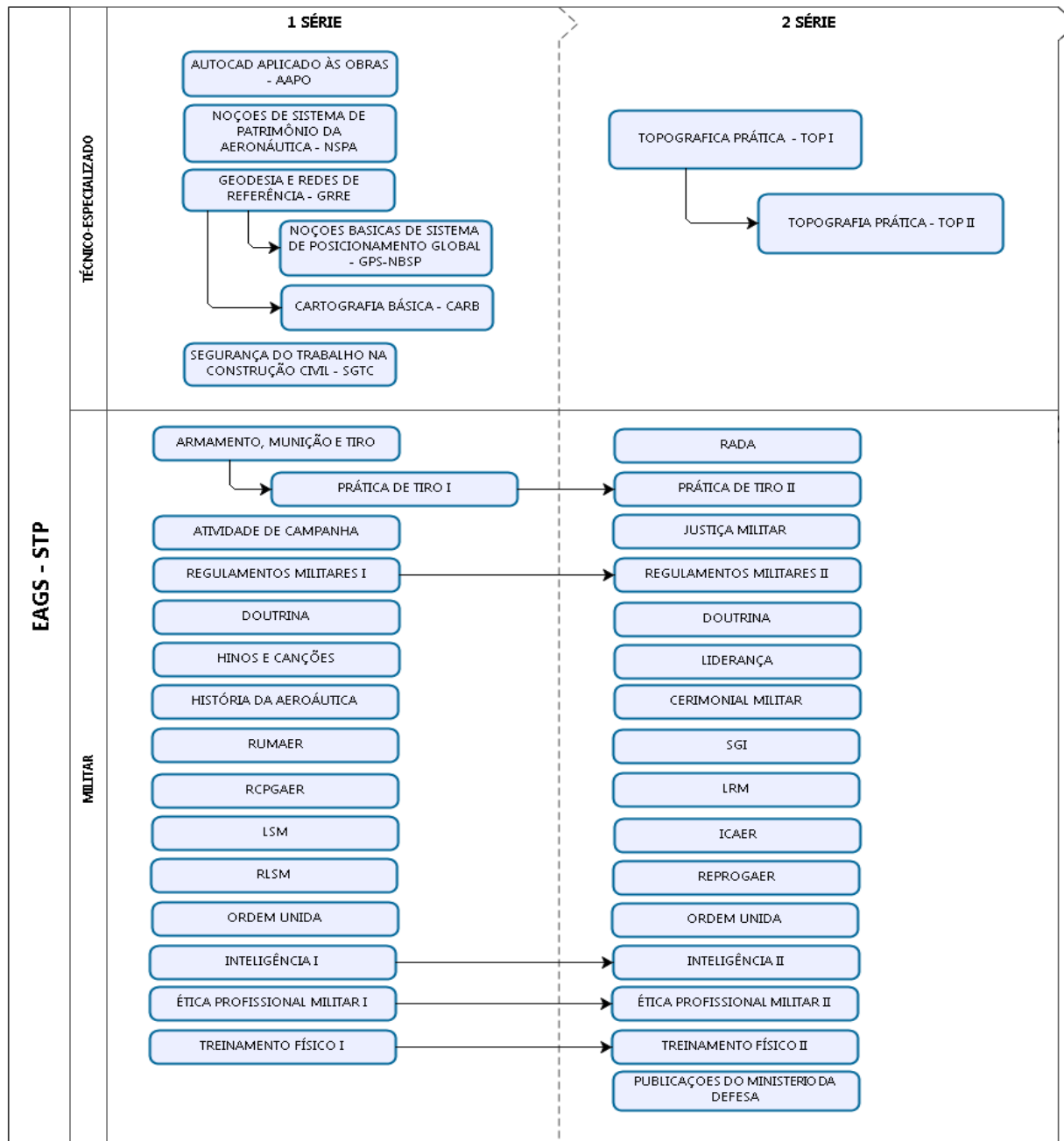
EIXO:					
CAMPO DE FORMAÇÃO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE/SÉRIE			
		1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
FORMAÇÃO BÁSICA					
C.H. CAMPO DE FORMAÇÃO BÁSICA					
FORMAÇÃO PROFISSIONAL					
C.H. CAMPO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL					
FORMAÇÃO MILITAR					
C.H. CAMPO DE FORMAÇÃO MILITAR					
CARGA HORÁRIA TOTAL POR ANO					
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO					

	Total da Parte Diversificada					
TOTAL GERAL DO CURSO						
AULAS SEMANAIS					-	-
Diploma:						
Observações:						

Continuação do ANEXO K – MODELO: ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7.3 FLUXOGRAMA CURRICULAR

A disposição gráfica abaixo exemplifica como poderá ser elaborado o fluxograma curricular.



Continuação do ANEXO K – MODELO: ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7.4 INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

O quadro abaixo exemplifica como poderá ser ilustrada a integralização curricular.

	COMPONENTES CURRICULARES		CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA		
					PRESENCIAL	EAD	TOTAL
SEMESTRE / MÓDULO / ANO / SÉRIE		Colocar o nome do componente curricular.	Criar um código.	Colocar o número do (os) componente(es) curricular(es) que representam pré-requisito.			
SEMESTRE / MÓDULO / ANO / SÉRIE				Exemplo: 1,3 e 4.			

O quadro deverá ser seguido da legenda de correspondência dos códigos adotados aos seus respectivos componentes curriculares.

Os componentes curriculares podem ser organizados por cores de preenchimento em suas respectivas células, conforme suas especificidades.

Este quadro deverá ser customizado conforme as especificidades de cada curso/estágio.

7.5 ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (Educação Superior)

Neste item deverão ser descritas as ações propostas para esta articulação, no âmbito do Curso de Educação Superior, conforme orientações do item 4.7.15 desta Instrução.

Continuação do ANEXO K – MODELO: ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**7.6 INTERNACIONALIZAÇÃO** (quando couber)

Discorrer sobre a organização, fins e objetivos de ações de internacionalização, conforme orientações do item 4.7.16 desta Instrução.

7.7 DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS (quando couber)

Descrever as características, fins, objetivos e principais etapas dos projetos desenvolvidos no curso, conforme orientações do item 4.7.17 desta Instrução.

ANEXO L – MODELO: METODOLOGIA DE ENSINO PARA O CURSO/ESTÁGIO**8. METODOLOGIA DE ENSINO PARA O CUSO/ESTÁGIO**

Texto dissertativo conforme orientações do item 4.8 desta Instrução.

8.1 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Texto dissertativo conforme orientações do item 4.8.1 desta Instrução.

Elucidar: objetivos, carga horária, local de realização, OM apoiadora, formas de apresentação, acompanhamento, orientação, supervisão e coordenação.

8.2 ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO

Texto dissertativo conforme orientações do item 4.8.2 desta Instrução.

Elucidar: objetivo das atividades complementares e carga horária exigida.

Além da parte discursiva tratando sobre a importância e organização das atividades complementares, elaborar a seguinte tabela que deverá ser anexada ao PPC do curso/estágio.

TABELA PARA DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ATIVIDADE	OBJETIVO GERAL	CARGA HORÁRIA
<i>Intitular a atividade</i>	<i>Descrever o objetivo</i>	<i>Apontar a Carga Horária em Hora/Aula (ou Tempos/Aula)</i>
CARGA HORÁRIA TOTAL PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES:		<i>Apontar a Carga Horária Total para as Atividades Complementares em Hora/Aula (ou Tempos/Aula)</i>
PERFIL DE RELACIONAMENTO		
<i>Apontar informações específicas sobre as atividades complementares, a exemplo: qual período do curso deverá ser realizada (antes ou depois de determinada disciplina, ao final ou ao início do curso/estágio), bem como demais orientações pertinentes sobre a realização de tais atividades.</i>		

ANEXO M – MODELO: AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

9. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Texto dissertativo sobre a sistemática de avaliação, conforme item 4.9 desta Instrução, sinalizando para as normas e peculiaridades do curso/estágio.

Sugere-se fazer a introdução com o seguinte texto básico, podendo ser complementado:

A avaliação da aprendizagem prevista no curso/estágio (Nome do Curso/Estágio) será realizada na(s) modalidade(s) diagnóstica/formativa/somativa, de modo a ser empreendida de forma processual, contínua e flexível.

Os procedimentos adotados para avaliação do domínio cognitivo serão "X e "Y", os procedimentos adotados para avaliação domínio psicomotor serão "Z" e os procedimentos adotados para a avaliação do domínio afetivo serão "K".

9.1 AVALIAÇÃO DOS DOMÍNIOS COGNITIVO E PSICOMOTOR (ADC E ADP)

9.1.1 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

Texto dissertativo (conforme orientações do item 4.9.3.1 desta Instrução).

9.1.2 LEVANTAMENTO DE RESULTADOS

Texto dissertativo (conforme orientações do item 4.9.3.2 desta Instrução).

9.1.3 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Texto dissertativo (conforme orientações do item 4.9.3.3 desta Instrução).

9.1.4 REGISTRO E COMUNICAÇÕES DOS RESULTADOS

Texto dissertativo (conforme orientações do item 4.9.3.4 desta Instrução).

9.1.5 PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES

Texto dissertativo (conforme orientações do item 4.9.3.5 desta Instrução).

9.2 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO AFETIVO (ADA)

9.2.1 PROCEDIMENTOS

Texto dissertativo (conforme orientações do item 4.9.4.1 desta Instrução).

9.2.2 INSTRUMENTOS

Texto dissertativo (conforme orientações do item 4.9.4.2 desta Instrução).

9.2.3 AVALIADORES

Texto dissertativo (conforme orientações do item 4.9.4.3 desta Instrução).

9.2.4 PROCESSAMENTO

Texto dissertativo (conforme orientações do item 4.9.4.4 desta Instrução).

Continuação do ANEXO M – MODELO: AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**9.3 MÉDIA FINAL**

Texto dissertativo (conforme orientações do item 4.9.5 desta Instrução).

Apontar a fórmula matemática a ser considerada para o cálculo da Média Final seguida de sua respectiva legenda.

9.4 QUADRO GLOBAL DE AVALIAÇÃO

Modelo: Quadro Global ADC e ADP

Nome do Curso/Estágio						
Código	Título	Disciplina/ Unidades Avaliadas	Níveis de Aprendizagem	Instrumentos	Modalidade de Avaliação	Peso da Avaliação

Modelo: Quadro Global ADA

Código	Título	Instrumentos	Peso da Avaliação	Avaliador

** O QGA deverá ser seguido de legenda das siglas utilizadas.*

9.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (quando couber)

Texto discursivo conforme orientações do item 4.9.5 desta Instrução. Elucidar: gênero acadêmico; normas para a elaboração (se há manual de orientação específica); carga horária; formas de apresentação; orientação e coordenação; procedimentos, critérios e instrumentos de avaliação do TCC.

ANEXO N – MODELO: ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**10. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA****10.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

Texto descritivo conforme orientações do item 4.10.1 desta Instrução. Explicitar a seguinte tabela com as informações acerca da composição do núcleo docente estruturante:

NOME	ÁREA DE FORMAÇÃO	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO

10.2. ORGÃOS COLEGIADOS

Texto descritivo conforme orientações do item 4.10.2 desta Instrução.

10.3 COORDENAÇÕES

Texto descritivo conforme orientações do item 4.10.3 desta Instrução.

10.4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO

Texto descritivo conforme orientações do item 4.10.4 desta Instrução.

10.5 PARCERIAS ESPECÍFICAS

Texto descritivo conforme orientações do item 4.10.5 desta Instrução.

10.6 CORPO DOCENTE

Explicitar o Quadro Síntese de docentes do curso/estágio (pertencentes ao efetivo da OE), conforme o item 4.10.6 desta Instrução.

QUADRO SÍNTESE DE DOCENTES DO CURSO/ESTÁGIO (DOCENTES DA OE)

Nº	CH	DISCIPLINA	DOCENTE	SITUAÇÃO FUNCIONAL
				4
TITULAÇÃO				
a)				
b)				
c)				

Nº	CH	DISCIPLINA	DOCENTE	SITUAÇÃO FUNCIONAL
				4
TITULAÇÃO				
a) b) c)				

Continuação do ANEXO N – MODELO: ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Explicitar o Quadro Síntese de docentes do curso/estágio (externos ao efetivo da OE), conforme o item 4.10.6 desta Instrução.

QUADRO SÍNTESE DE DOCENTES DO CURSO/ESTÁGIO (DOCENTES EXTERNOS)

Nº	CH	DISCIPLINA	REQUISITOS DESEJÁVEIS
			a) b) c)
TITULAÇÃO			
a) b) c)			
Nº	CH	DISCIPLINA	REQUISITOS DESEJÁVEIS
			a) b) c)
TITULAÇÃO			

ANEXO O – MODELO: APOIO AO DISCENTE**11. APOIO AO DISCENTE**

Nesta seção deverão ser apontadas as ações da OE de apoio ao discente, como exemplos, os programas de apoio extraclasse, a oferta de apoio psicopedagógico, atividades de nivelamento e atividades extracurriculares (não computadas como atividades complementares), bem como a participação dos discentes em centros acadêmicos e em intercâmbios.

Mencionar neste item as atividades formativas e de integração, indicando sobre a existência de clubes, associações, sociedade acadêmica, centro de tradições e centro de convivência, suas configurações e objetivos.

Texto descritivo conforme orientações do item 4.11 desta Instrução.

ANEXO P – MODELO: INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO**12. INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

O PPC deverá informar sobre os canais de comunicação entre OE e discentes, bem como, sobre a existência de ações ou projetos de interação explicitando os objetivos e os resultados esperados ou alcançados.

Texto descritivo conforme orientações do item 4.12 desta Instrução.

ANEXO Q – MODELO: INFRAESTRUTURA

13. INFRAESTRUTURA

13.1 ASPECTOS DE ÁREA FÍSICA

Qtd.	INSTALAÇÃO FÍSICA	CAPACIDADE

13.2 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS - NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Texto discursivo.

13.3 EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

Qtd.	EQUIPAMENTO/FERRAMENTA	DESCRIÇÃO

ANEXO R – MODELO: AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

14. AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Texto descritivo conforme orientações do item 4.14 desta Instrução.

ANEXO S – MODELO: DISPOSIÇÕES GERAIS

Texto expositivo contendo informações complementares ou de ordem administrativa peculiares à execução do curso/estágio.

ANEXO T – MODELO: DISPOSIÇÕES FINAIS

Sugere-se o seguinte texto básico, podendo ser complementado conforme necessário:

Este Projeto Pedagógico de Curso entrará em vigor a partir da data da publicação em Boletim do Comando da Aeronáutica.

Os casos não previstos no presente documento serão submetidos à apreciação do Diretor de Ensino da Aeronáutica.

ANEXO U – MODELO: REFERÊNCIAS

BOSSA, N.A. **A psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. 2. ed. Porto Alegre, 2000.

BRASIL. Lei nº 12.464, de 04 de agosto de 2011. Dispõe sobre o ensino na Aeronáutica; e revoga o Decreto-Lei no 8.437, de 24 de dezembro de 1945, e as Leis nos 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549, de 11 de dezembro de 1986. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 jun. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12464.htm>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Ensino. Portaria DIRENS nº 143/SDTP, de 16 de março de 2017. Aprova a reedição do Plano de Modernização do Ensino da Aeronáutica (PCA 37-11). Boletim do Comando da Aeronáutica, Brasília, DF, 05 abr. 2017.

ANEXO V – MODELO: EMENTÁRIO

(Deverá compor o PPC como anexo)

Disciplina: Carga-Horária: XXh (XX h/a)
EMENTA
<i>Texto descritivo</i>
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) xxx b) xxx
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<i>Texto descritivo (conforme ABNT)</i>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<i>Texto descritivo (conforme ABNT)</i>

ANEXO X – MODELO: PARECER TÉCNICO-PEDAGÓGICO
COMANDO DA AERONÁUTICA
NOME DA ORGANIZAÇÃO DE ENSINO
Parecer Técnico-Pedagógico Nº /ANO¹

ORGANIZAÇÃO DE ENSINO:
ASSUNTO:
PEDAGOGO (A) RESPONSÁVEL:
ELABORADO EM: / /
I - Relato: (Descrição da demanda que motivou o parecer técnico-pedagógico apresentando riqueza de detalhes, elucidando aspectos históricos, cronológicos, educacionais ou outros pertinentes ao assunto tratado)
II - Fundamentação: (Leis, Diretrizes, documentos oficiais, regulamentos e pressupostos pedagógicos que fundamentam a elaboração da análise)
III - Análise: ² (Considerações de ordem técnico-pedagógica e exposição do posicionamento do parecerista acerca da demanda apresentada no relato)

¹ Os pareceres técnicos-pedagógicos deverão receber numeração organizada e serão controlados pelas respectivas Organizações de Ensino.

² Pareceres que acompanham o **encaminhamento de propostas de documentação didática de Cursos e Estágios**: deverão apresentar informações que ratifiquem a concepção do documento proposto e os aspectos relevantes conforme as especificidades do curso/estágio, expondo ainda como a OE realizará o acompanhamento e monitoramento dos resultados, evidenciando a revisão pedagógica.

IV - Argumentos: (Enumeração e exposição de argumentação)

V - Registros complementares: (Este tópico é destinado para registros complementares.)

Posto / Quadro Nome do Pedagogo (a) Responsável